



REGIMES URBANOS E GOVERNANÇA METROPOLITANA

(Encontro Nacional da Rede Observatório das Metrópoles).

Natal/RN, 29 a 31 de março de 2017

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

METROPOLIZAÇÃO, AGLOMERAÇÕES URBANAS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO SUL DO BRASIL

Paulo Roberto Rodrigues Soares

Departamento de Geografia

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Pesquisador do Observatório das Metrópoles – Núcleo Porto Alegre

paulo.soares@ufrgs.br

Resumo:

No século XXI, a continuidade e ampliação de diversos processos de reestruturação produtiva e socioespacial está provocando grandes mudanças na economia capitalista global, com a emergência de uma nova economia, de novas aglomerações produtivas e a refuncionalização de aglomerações industriais tradicionais. O objetivo da comunicação é debater os impactos da reestruturação espacial do capitalismo mundializado nas metrópoles, regiões metropolitanas e aglomerações urbano-industriais, bem como analisar os desdobramentos desta reestruturação no desenvolvimento produtivo das aglomerações, sobretudo das aglomerações urbanas localizadas nas adjacências de espaços metropolitanos e que, por isso, estão inseridas com mais intensidade nos processos de desconcentração da economia metropolitana. Discutiremos qual o papel destas aglomerações no desenvolvimento regional, abordando o caso do Rio Grande do Sul. Nossa comunicação irá analisar alguns aspectos importantes do funcionamento da Região Metropolitana de Porto Alegre e das suas relações com as aglomerações urbanas do seu entorno, o qual já se configura como uma virtual “região urbana” ou “cidade-região” de Porto Alegre. As consequências desta nova organização para o desenvolvimento regional, tanto das aglomerações urbanas do entorno metropolitano, como da própria metrópole serão analisadas.

Palavras-chave: metropolização, aglomerações urbanas, desenvolvimento regional.

Introdução

No século XXI, o reposicionamento da economia capitalista global, através da continuidade e ampliação de inúmeros e diversos processos de reestruturação produtiva e espacial, está provocando a emergência de novas aglomerações produtivas, bem como a refuncionalização de aglomerações produtivas tradicionais, especialmente àquelas surgidas durante o período fordista de desenvolvimento, na segunda metade do século XX.

Pierre Veltz, em seu clássico trabalho “Mundialização, cidades e territórios” (1999:09), apontou o que ele considerou os três grandes processos da economia mundial no final do século XX: (I) a mundialização e a globalização da economia; (II) a transformação dos modos

de organização e funcionamento das empresas e da produção; e (III) a concentração territorial crescente da economia nas metrópoles acoplada ao crescimento das desigualdades territoriais em todas as escalas.

Desde as décadas finais do século XX as principais atividades econômicas urbanas, a indústria e os serviços, experimentam novas localizações a partir da generalização, seletiva no território, das condições gerais de produção e da revolução das novas tecnologias de comunicação e informação e da logística, que permitem uma nova autonomia espacial para as unidades produtivas e uma verdadeira transformação em termos de padrões espaciais de localização das atividades de produção, armazenamento de bens, distribuição e consumo.

Esta revolução atinge sobretudo o território das metrópoles, regiões metropolitanas¹ e aglomerações urbanas – espaços tradicionais de concentração das atividades econômicas na economia capitalista fordista – as quais enfrentam processos desiguais de reestruturação espacial. Destes processos mais gerais, derivam outros, como a desvalorização e revalorização dos seus espaços produtivos tradicionais e o rearranjo intra-urbano das atividades industriais, comerciais e de serviços.

A reestruturação, que se manifesta empiricamente na presença de amplos espaços relegados nas metrópoles, é considerada por muitos como reflexo de uma “crise” destes espaços e da economia metropolitana, já que os mesmos perdem muitos postos de emprego, especialmente no setor secundário. Para nós, esta é uma visão parcial da realidade, pois consideramos essa “crise” como mais um efeito do processo mais amplo de reestruturação do capital, com a extensão da sua fase de reprodução mundializada e financeirizada, a qual inaugura um novo padrão espacial de localização das atividades, que finalmente tende a beneficiar as metrópoles com a concentração de funções terciárias, especialmente do terciário superior (também chamado de setor quaternário), isto é, atividades de gestão e comando da economia e do território.

Neste sentido, o objetivo desta comunicação é debater os impactos da reestruturação espacial do capitalismo mundializado nas metrópoles, regiões metropolitanas e aglomerações urbano-industriais, bem como analisar os desdobramentos desta reestruturação no desenvolvimento

¹ Esclarecemos que ao longo deste trabalho o termo irá se referir a um espaço densamente urbanizado sob o comando de uma ou mais metrópoles, sendo delimitado institucionalmente ou não. Neste sentido, não estamos nos referimos e não é intenção deste trabalho debater a definição (ou as diversas definições) legal de região metropolitana.

produtivo das aglomerações, sobretudo das aglomerações urbanas localizadas nas adjacências de espaços metropolitanos e que, por isso, percebem os rebatimentos do processo de desconcentração da economia metropolitana.

1. Pensar a metrópole nos tempos atuais

Para discutir a metropolização e o desenvolvimento regional, devemos, inicialmente, refletir sobre qual metrópole estamos nos referindo, isto é, pensar o que é a metrópole e a metropolização hoje².

Em uma primeira apreciação podemos afirmar que esta já não é mais a metrópole industrial fordista tal como conhecemos na segunda metade do século XX e com base na qual foram construídos muitos dos referenciais da teoria urbana nas ciências humanas e sociais. Desde o final dos anos 1970 os serviços passaram a ser mais importantes que a indústria na economia metropolitana como um todo, tanto na composição do seu produto interior bruto (PIB) como na participação da força de trabalho. Isso ocorreu tanto por motivos de evolução econômica das metrópoles, com o encarecimento dos custos de localização a partir da valorização do solo urbano, como também com a qualificação da força de trabalho, o crescimento do poder aquisitivo de uma parcela importante da população (que demanda serviços), além de mudanças na própria economia capitalista, com um novo padrão de consumo, e também mudanças da indústria com a sua reestruturação e passagem para um padrão pós-fordista de organização. A indústria se reestruturou em termos de padrão de produção (com a revolução tecnológica) e nas relações de trabalho (flexibilização, desregulação). O que repercutiu nos seus padrões espaciais de localização, com a localização das plantas industriais nos espaços “peri” e “extra” metropolitanos.

A metrópole contemporânea é uma metrópole de serviços, tanto dos serviços pessoais, como dos serviços às empresas. É um espaço funcional para a gestão da economia capitalista mundializada, a qual por sua complexidade exige uma nova e maior racionalidade na gestão por parte das empresas (SASSEN, 1998). A economia e o mercado de trabalho metropolitanos passam por uma nova fase de polarização e “dualização”, com atividades de alta

² Nos referimos a metrópoles e regiões metropolitanas considerando as características gerais das mesmas nas economias capitalistas industriais, tanto dos países centrais, como dos países periféricos, considerando, evidentemente, as diferenças entre os processos de metropolização em ambas situações.

especialização e de caráter global convivendo e se sobrepondo a serviços básicos que solicitam mão-de-obra de baixa qualificação e de caráter local. Enquanto que as categorias médias, mais vinculadas ao regional e nacional, muitas vezes quadros médios do próprio Estado, estão sendo comprimidas e diminuindo sua participação na pirâmide social.

Estas transformações na economia metropolitana reverberam na produção espacial da metrópole com a produção de novas centralidades e de novos espaços de valorização e mudanças importantes no mercado imobiliário metropolitano, embora não seja nosso propósito discutir detalhadamente esta questão neste artigo. Mas é importante salientar que as regiões metropolitanas estão muito mais complexas que nos períodos anteriores, como veremos a seguir³.

2. A metropolização hoje

A metrópole se transforma porque na contemporaneidade o processo de metropolização também está passando por uma grande transformação. Atualmente falamos em uma metropolização estendida, em uma metrópole dispersa, extensa, com bordas e limites cada vez mais remotos, difusos e imprecisos.

Neste sentido, a metropolização implica uma série de processos mais amplos, entre eles os processos de concentração, dos capitais, da população, dos bens materiais e imateriais, da decisão, da gestão e da informação; de seleção dos lugares, na atração de empresas e de trabalhadores altamente qualificados; de difusão ou de expansão da metropolização, ou a chamada “metropolização do espaço” e, como consequência dos anteriores, de dualização, com o aumento das desigualdades territoriais entre os territórios metropolitanos e/ou “metropolizados”, e os territórios não integrados ou excluídos da metropolização (LEROY, 2000).

O processo de metropolização do espaço (LENCIONI, 2013) é considerado como “uma nova fase histórica da urbanização” também comporta algumas mudanças importantes como: a formação de uma região urbana com ampla escala territorial; a constituição de espaços homogêneos, hierarquizados, fragmentados e segregados; a redefinição das hierarquias

³ Estamos considerando região metropolitana como sinônimo de “espaço metropolitano”, não nos referimos, portanto aos espaços institucionalizados como regiões metropolitanas, especialmente no caso brasileiro.

urbanas intra e inter-regionais; a intensidade e diversidade dos fluxos materiais e imateriais intrametropolitanos e entre a metrópole e outras regiões urbanas. A metropolização do espaço, portanto, não se restringe às regiões metropolitanas, já que incorpora cidades médias, cidades pequenas e o “mundo” rural, hoje transformado e incorporando urbanidades (o rururbano?). Já se passaram duas décadas desde a formulação do conceito de “metápolis” por François Ascher (1995), quando este definiu o “novo território urbano” como

um conjunto de espaços onde todos ou parte dos habitantes, das atividades econômicas ou dos territórios são integrados ao funcionamento cotidiano (ordinário) de uma metrópole. Uma metápole constitui geralmente, uma ‘bacia de empregos’, de habitat e de atividades. Os espaços que compõem a metápole são profundamente heterogêneos e não necessariamente contíguos (ASCHER, 1995:34).

Assim, um primeiro problema que se coloca no estudo do desenvolvimento territorial de um determinado espaço é o da delimitação do âmbito espacial real da dinâmica territorial que estamos abordando, estabelecendo quais espaços integram este âmbito e que nos permitem falar de “área metropolitana”, “região metropolitana”, “região funcional urbana”, etc.

Como no Brasil (e no Rio Grande do Sul) temos as delimitações institucionais do que é região metropolitana ou aglomeração urbana e mesmo microrregião, somos tentados muitas vezes a circunscrever os fenômenos que estamos analisando a este âmbito territorial administrativo “oficial”⁴. Neste sentido, ao nos referirmos à “região” metropolitana estamos nos referindo a um espaço metropolizado que as vezes se ajusta e, em muitas outras, não coincide com os limites metropolitanos oficiais. Os processos econômicos e sociais que estamos tratando envolvem tempos muito distintos, por mais velozes, dos da política regional oficial, ao mesmo tempo que esta tem dificuldades de responder e incorporar ao arcabouço legal conceitos e análises do âmbito socioespacial produzidos pela academia. Entretanto, como já apontado, consideramos mais importante discutir os processos a partir das mudanças no núcleo e nas periferias metropolitanas e suas relações e impactos nos espaços adjacentes e exteriores à metrópole.

As transformações no sistema produtivo, nos meios de transporte de bens, pessoas e informações, e especialmente nas (tele)comunicações, nas relações sociais e de trabalho, que caracterizam a sociedade contemporânea produziu mudanças na estruturação territorial

⁴ Ver o nosso artigo “Região Metropolitana ou Aglomeração Urbana? O debate no Rio Grande do Sul”. e-metropolis: Revista eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais, v. 4, p. 25-29, 2013.

redefinindo espaços de inter-relação cotidiana e de funcionamento econômico e territorial sensivelmente mais amplos que os habituais da segunda metade do século XX.

O processo de urbanização regional redonda na constituição de novos âmbitos espaciais onde as relações econômicas e sociais se realizam e se concentram. Estes novos âmbitos abrangem as regiões metropolitanas fordistas tradicionais, impactas e convertidas pela nova economia capitalista em regiões “pós-metropolitanas”, concentradoras de serviços e de algumas aglomerações industriais, as quais, em um cenário de dispersão e difusão urbana, incorporam ao seu âmbito de funcional não só novos espaços metropolizados, como também aglomerações urbanas, cidades médias, cidades pequenas e espaços rururbanos modernizados, com intensos fluxos e relações, em múltiplos sentidos e em rede.

Dois destes âmbitos espaciais podemos definir melhor aqui: as “cidades-regiões” e as “regiões funcionais urbanas”.

O conceito de cidade-região, que não é recente, foi resgatado no final do século XX pela concepção das “cidades-regiões globais” (SCOTT, STORPER, AGNEW, SOJA, 2001), entendidas como as novas regiões polarizadoras da economia mundial, que concentram uma ou mais metrópoles, regiões metropolitanas, aglomerações urbanas, cidades médias, em um conjunto espacial único de funcionamento em rede e – importante – conectado à economia global, seja à economia industrial, com produtos ou cadeias de produção globais, seja como centro de serviços (especialmente financeiros) que as conectam diretamente com as cidades mundiais.

Quanto as “regiões funcionais urbanas”, Antonio Serrano (2003) também destaca o papel das novas centralidades na sua constituição:

el carácter monocéntrico de las áreas metropolitanas (polarizadas en un único municipio central, origen de la formación del área metropolitana) se ve fuertemente matizado por la incorporación de nuevos centros –de similar o inferior relevancia, orígenes a su vez del establecimiento de áreas metropolitanas o de áreas urbanas–, que pasan a integrarse en el conjunto de la región funcional urbana (2003, p. 39).

As novas regiões urbanas possuem três características fundamentais (SERRANO, 2003):

- são **polinucleares**: com múltiplos centros articulados em diferentes níveis e funções;

- são **polifuncionais**: com comércio, serviços tradicionais, serviços avançados, indústrias tradicionais, indústrias modernas, indústrias de alta tecnologia, atividades de cultura, lazer e turismo e produção agrícola alternativa para o consumidor urbano;

- tem um **potencial de desenvolvimento autônomo do território**, tanto do território regional, como do nacional, podendo estar mais integradas a uma economia em rede global, que ao seu entorno territorial tradicional.

Contudo, nossa sociedade que já foi chamada de pós-industrial não prescinde da indústria, pelo contrário, cada vez mais necessitamos de produtos industriais em nossa vida cotidiana. Evidentemente que a grande indústria não está mais nas metrópoles, mas a indústria ainda está em algum lugar. E este lugar são as aglomerações urbano-industriais, especialmente as polarizadas por cidades médias.

3. Metropolização e Aglomerações Urbano-industriais

Está significativamente constatado que o processo de globalização da economia associa-se à reestruturação produtiva e reorganização territorial, com a criação de novos espaços industriais em distintas escalas territoriais (SOJA, 2005). Tal como colocamos anteriormente, difundem-se formas avançadas de industrialização e condições de produção e metropolização características das sociedades urbanas avançadas por espaços onde estas estavam pouco presentes em décadas anteriores. Configura-se, assim, um novo desenho para a rede urbana, com a subversão da tradicional hierarquia urbana, emergindo novas formas de concentração – diferenciadas e mais complexas – que se sobrepõem e extrapolam a clássica rede urbana polarizada pela região metropolitana industrial fordista.

A dispersão da indústria a traslada para as cidades médias, especialmente as melhor localizadas (do ponto de vista do capital) no território, o que significa as que possuem ligações rápidas e eficientes com as metrópoles. Também, dentro da perspectiva da “seletividade dos lugares” busca aquelas cidades que já possuíam alguma “tradição” industrial, onde se aproveitará do ambiente cultural e institucional para sua implantação. Por isso, a dispersão da indústria reforça a posição de determinadas cidades médias no cenário territorial. Ao se re-industrializarem, com base em um paradigma industrial pós-fordista, as cidades médias conformam novas aglomerações, as quais denominamos “aglomerações urbano-industriais”, ou seja, concentrações urbanas de porte médio e de caráter intermediário na hierarquia urbana, que reforçam sua posição como centros industriais e de serviços,

especialmente se albergam “sistemas locais de produção”, ligados à “cadeias globais de produção”. São estas aglomerações que Benko e Lipietz (1994) chamaram de “regiões ganhadoras”.

No Brasil temos vários exemplos destas aglomerações, especialmente na “região concentrada” delineada por de Milton Santos (1993) ou no “Polígono Industrial” se preferirmos a delimitação de Diniz e Crocco (1996). Nos estados da Região Sul (SC, PR), onde a indústria tem importante participação na composição do PIB (24,5% e 33,7%, respectivamente segundo o IBGE, 2014), temos numerosos exemplos⁵.

No Rio Grande do Sul a indústria participa com 25,2% de participação no PIB (IBGE, 2014⁶), sendo um fenômeno presente em diversas regiões do interior do estado que possuem importantes concentrações industriais: Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Farroupilha, Carlos Barbosa-Garibaldi, Pelotas-Rio Grande, Lajeado-Estrela-Teutônia, Novo Hamburgo-Vale do Sinos, Vale do Paranhana, Passo Fundo-Marau e, evidentemente, Santa Cruz do Sul-Veracruz-Venâncio Aires. Poderíamos ainda acrescentar “aglomerações” de caráter disperso como os casos de Santa Rosa, Horizontina, Panambi, Ijuí e Erechim.

Estudo recente da Fundação de Economia e Estatística (FEE-RS), apontou a presença de 99 aglomerações produtivas com características de arranjos produtivos locais (APLs), a grande maioria delas concentradas nas aglomerações metropolitanas e urbanas mais importantes do estado, destacando-se além da Região Metropolitana de Porto Alegre (22 APLs), a aglomeração da Serra Gaúcha (14) e as aglomerações de Lajeado-Estrela (7), Passo Fundo (5) e Santa Cruz do Sul, com 4 APLs (GUERRERO e CONCEIÇÃO, 2011).

O **quadro 1** demonstra como a indústria ainda é presente no PIB das aglomerações, a maioria delas (com exceção da AUSul) com participação maior que a média do estado e da própria RMPA.

⁵ As principais cidades médias destes estados conformam importantes aglomerações urbano-industriais, tal como Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Cascavel e Toledo (PR) e Joinville, Blumenau, Itajaí, Chapecó, Criciúma, Tubarão (SC).

⁶ IBGE. *Contas Regionais do Brasil 2012*. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

Quadro 1 - RS: Regiões metropolitanas e aglomerações urbanas - características do PIB*

Aglomeração	% PIB do Estado	% do PIB Industrial	% da Indústria no PIB
RMPA	42,08	43,15	23,97
RMPA (– PoA)	24,02	33,42	32,29
RMSG	10,19	16,31	37,40
AUSUL	4,14	3,66	20,69
SCS-VA	3,19	4,71	34,54
Lajeado-Estrela	1,93	2,70	32,78
Total	60,90	70,53	23,38 (RS)

*Dados referentes ao PIB municipal de 2014, publicados em 2016.

Fonte: IBGE e FEE. Organização: SOARES, 2017.

Um traço comum à maioria destas aglomerações é a sua forte e intensa relação com a metrópole. A metrópole é indispensável às aglomerações urbano-industriais, assim como as aglomerações são imprescindíveis para as metrópoles. A concentração de atividades do terciário superior (finanças, gestão, controle e informação) na metrópole responde tanto às necessidades de comando das atividades econômicas metropolitanas como das atividades presentes nas aglomerações. Afirmamos, assim, que parcela importante da economia industrial do RS, especialmente a mais dinâmica, tem na metrópole o seu suporte para inserção em um mercado global, ao mesmo tempo que a presença destas aglomerações no interior do estado contribui para o crescimento do terciário superior na metrópole.

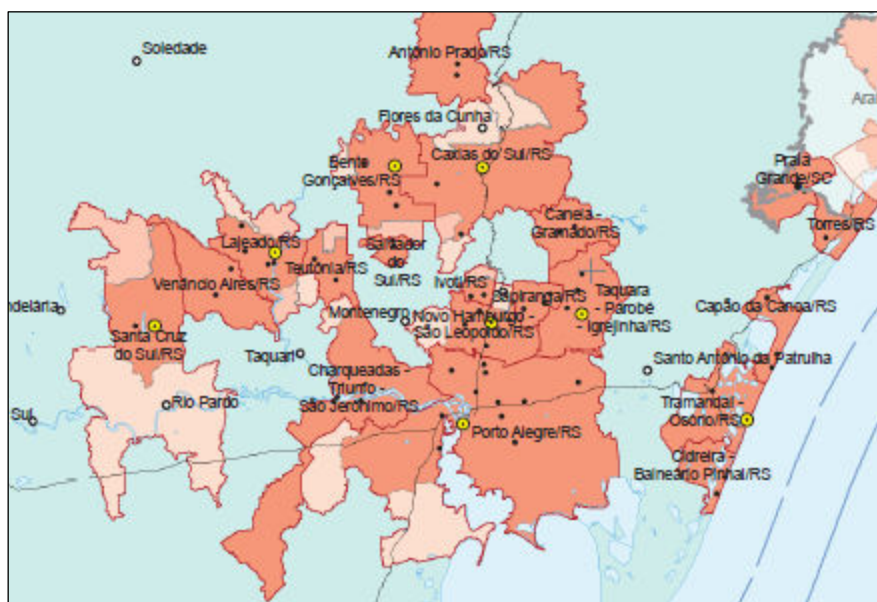
Neste sentido, ao longo destas duas primeiras décadas do século XXI a metrópole de Porto Alegre produziu novas centralidades do terciário superior que concentram atividades de gestão da economia capitalista adequadas para a inserção da economia regional na economia globalizada. A avenida Carlos Gomes (Terceira Perimetral) e seu entorno concentra sedes de empresas, centros empresariais, empresas financeiras, de consultoria, entre outras (SOARES e MÜLLER, 2016). A presença de hotéis de categoria internacional nesta avenida e no bairro Moinhos de Vento, conformam este setor da metrópole como uma nova centralidade da economia metropolitana. Adicione-se a estas condições a presença do aeroporto internacional, imprescindível para a conexão de executivos e consultores em suas viagens de negócios.

Igualmente quando nos referimos ao mercado de trabalho metropolitano e à economia metropolitana tendo como referência somente à Região Metropolitana de Porto Alegre. Hoje

em dia esta economia e este mercado de trabalho tem relações inseparáveis com a economia do RS, especialmente com as aglomerações industriais do entorno metropolitano, as quais demandam serviços avançados à metrópole. Estes serviços são importantíssimos para o desenvolvimento da indústria nas aglomerações, que mesmo que desenvolvam algumas atividades do setor terciário superior, este não tem a complexidade e a densidade do terciário avançado presente na metrópole.

Assim, retomando as ideias anteriores, podemos dizer que a metrópole, a região metropolitana e as aglomerações urbano-industriais do entorno metropolitano fazem parte de um conjunto espacial, ou de uma nova forma espacial que pode ser considerada a “cidade-região” ou a “região urbana” de Porto Alegre (Figura 1).

Figura 1: Arranjos populacionais e contrações urbanas no entorno de Porto Alegre



Fonte: Adaptado de IBGE, 2015, p. 143.

Esta é formada pela Região Metropolitana, mais as aglomerações urbanas no entorno, como a da Serra Gaúcha, Lajeado-Estrela, Santa Cruz do Sul, Litoral Norte, Gramado-Canela e Taquara-Parobé-Igrejinha, com grande densidade de fluxos e intensidade de relações com a metrópole, além de concentrar mais de 60% PIB, cerca de 70% do PIB Industrial e mais de 50% da população do estado (SOARES e SCHNEIDER, 2012). A Figura 1, extrato de um mapa da pesquisa Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas no Brasil (IBGE, 2015), ilustra esta região urbana.

Pelo que observamos na figura 1, em um raio de cerca de 100 km de Porto Alegre estão se desenvolvendo diversos processos urbanos de aglomeração, concentração e conurbação, configurando uma urbanização simultaneamente dispersa e fragmentada, com diferentes núcleos polarizadores. Os fluxos populacionais e econômicos neste entorno são complexos e multidirecionais, tendo, entretanto, como núcleo principal a metrópole de Porto Alegre.

4. Metropolização e desenvolvimento regional

Por fim devemos falar do desenvolvimento regional e sua relação com a metropolização. Neste sentido devemos pensar nos atores regionais e sua relação com os processos que descrevemos e que balançam as hierarquias territoriais, mas também as hierarquias sociais tradicionais, ao introduzirem novos atores e uma nova racionalidade no processo de desenvolvimento regional. Milton Santos (1996) ao abordar a região neste novo período aponta que

Acostumamo-nos a uma ideia de região como subespaço longamente elaborado, uma construção estável. Agora, neste mundo globalizado, com a ampliação da divisão internacional do trabalho e o aumento exponencial do intercâmbio, dão-se, paralelamente, uma aceleração do movimento e mudanças mais repetidas, na forma e no conteúdo das regiões. (...) As condições atuais fazem com que as regiões se transformem continuamente, legando, portanto, uma menor duração ao edifício regional. Mas isso não suprime a região, apenas ela muda de conteúdo. A espessura do acontecer é aumentada, diante do maior volume de eventos por unidade de espaço e por unidade de tempo. A região continua a existir, mas com um nível de complexidade jamais visto pelo homem. (SANTOS, 1996, p. 166.)

Este nível de complexidade apontado por Santos, o maior volume de eventos e a menor rigidez e maior flexibilidade na constituição e permanência das regiões é uma nova realidade a ser considerada. A construção regional, antes de ser um artifício *a priori*, converte-se em um processo negociado e consensuado entre os atores políticos, econômicos e sociais regionais.

Assim, baseados nas ideias do francês Didier Paris (2004) podemos trilhar três caminhos de análise dos processos contemporâneos de metropolização com relação às aglomerações urbano-industriais:

- I) a metropolização como a difusão regional da dinâmica metropolitana;
- II) a metropolização como conexão dos espaços urbanos aos circuitos hegemônicos da economia globalizada;
- III) a metropolização mobilização de agentes políticos, econômicos e sociais regionais visando o desenvolvimento regional conectado à economia metropolitana.

O primeiro entende a metropolização como um processo espacial de difusão e concentração das condições gerais de produção (infraestruturas) para acumulação, ou de difusão da dinâmica metropolitana sobre um território contíguo, o “espaço de metropolização” ou “em metropolização”, que se amplia conformando as regiões urbanas que nos referíamos anteriormente. Neste espaço temos a submissão das atividades econômicas industriais, comerciais, de serviços e agrárias à lógica metropolitana, impactando fortemente nas atividades locais.

O segundo, do ponto de vista econômico, implica na relação do processo de metropolização com os modelos de desenvolvimento mais ou menos territorializados, podendo aproveitar das vantagens comparativas dos sistemas produtivos locais, ampliá-las a partir de circuitos de cooperação e inovação e conecta-los com a economia global ou, em um outro tipo de efeito, gerar “enclaves industriais” com alta tecnologia, mas com pouca ou quase nenhuma relação com as atividades locais.

O terceiro trata da constituição política das aglomerações metropolitanas, quando os atores regionais em uma ação concertada “produzem a aglomeração” e (por que não?) a própria metropolização, em um processo de reescalonamento espacial ou territorial, conhecido como de “novo regionalismo”. Ou seja, os atores regionais criam uma nova escala de poder e articulação regional, com o caráter e o alcance regional, mas profundamente relacionado com o metropolitano e o global, inserindo-se o mais soberanamente possível na lógica global.

Os três processos tem rebatimentos no desenvolvimento regional:

- As aglomerações com melhor infraestrutura e mais conectadas à metrópole tem vantagens em um contexto de “guerra dos lugares” por empreendimentos e empregos. Embora, muitas vezes esta conexão signifique a destruição das economias locais tradicionais e a sua substituição por atores externos no controle da economia regional.
- Os sistemas locais de produção podem (e devem) se aproveitar das vantagens de proximidade com as metrópoles, especialmente dos seus serviços avançados, da concentração de atividades criativas, especialmente no que se refere à inovação tecnológica.
- A aglomeração necessita da metrópole, dos serviços avançados da metrópole, mas pode ter o seu desenvolvimento autônomo e combinado com a metrópole. Pode estar conectada a outros espaços globais, mas também à metrópole.

Os atores regionais devem estar preparados para conectar o desenvolvimento regional à economia global, um caminho (quase) sem volta e no qual os atores políticos, econômicos e sociais das nossas regiões metropolitanas, aglomerações urbanas ou ainda destas novas “regiões urbanas” devem saber se conectar de modo a promover ou garantir o bem-estar social da sua população, especialmente os mais vulneráveis à concorrência dos *players* globais.

As opções para esta inserção apontam diferentes caminhos e não se realiza sem embates e contradições já que os atores regionais, ainda que os hegemônicos, frequentemente não compartilham a mesma visão e o mesmo projeto de desenvolvimento. Assim, dois caminhos principais se vislumbram: os que preconizam uma inserção subordinada e os que apontam para uma inserção mais soberana possível da região na globalização. Assim como os que projetam um modelo de desenvolvimento mais inclusivo e um modelo de desenvolvimento menos inclusivo dos setores de menor capital social da região no processo.

Uma última questão deve ser colocada sobre esta relação entre metropolização, aglomerações urbanas e desenvolvimento regional. Trata-se do “reescalonamento” da ação dos atores regionais, das suas escalas de atuação e da influência de outras escalas de ação, especialmente dos atores hegemônicos globais, sobre as estruturas regionais. Se para o próprio Estado, com suas rígidas escalas, o momento atual é de crise e de dificuldades de pensar e operar em um contexto multiescalar, para as regiões a tarefa não se coloca menos complexa.

Assim, o que propomos aqui neste ensaio é a inserção de uma nova escala de ação, para além das escalas local, regional e metropolitana. Ao pensarmos o desenvolvimento em uma região urbana que engloba a metrópole e as aglomerações urbano-industriais do entorno estamos pensando em uma escala metropolitana estendida. E esta escala não está contemplada nos recortes institucionais disponíveis. A apreensão da complexidade desta escala é mais um desafio que se coloca para os atores regionais, especialmente os das aglomerações, ainda fortemente pautados pelos limites institucionalizados, sejam eles estatais ou paraestatais.

Referências:

ASCHER, F. **Metapolis ou l'avenir des villes**. Paris: Odile Jacob, 1995.

BENKO, G y LIPIETZ, A. **Las regiones que ganan**. Districtos y redes: los nuevos paradigmas de la geografía económica. Valência: Edicions Alfons el Magnànim, 1994.

BRENNER, N. Decoding the newest 'Metropolitan Regionalism' in the USA: a critical overview. **Cities**, Vol. 19, No. 1, 2002, p. 3-21.

CAMPOLINA-DINIZ, C. e CROCCO, M. A. Reestruturação econômica e impacto regional: o novo mapa da indústria brasileira. **Nova Economia** (UFMG), Belo Horizonte, v. 6, n.1, p. 77-103, 1996.

DE MATTOS C. **Gobernanza neoliberal, financiarización y metamorfosis urbana en el siglo XXI**. Santiago de Chile: Instituto de Estudios Urbanos y Territoriales/PUC-Chile, 2014.

GUERRERO, G. A. e CONCEIÇÃO, C. S. Identificação e classificação das aglomerações produtivas e dos Arranjos Produtivos Locais no Estado do Rio Grande do Sul. **Textos para Discussão FEE**, n.92, 2011.

IBGE. **Arranjos populacionais e concentrações urbanas no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

LEFEBVRE, H. **La revolución urbana**. Madrid: Alianza Editorial, 1972.

LENCIONI, S. Metropolização do espaço: processos e dinâmicas. In: Ferreira, A., Rua, J. Marafon, G. J. e Pinheiro da Silva, A. C. (Org.). **Metropolização do espaço**. Gestão territorial e relações urbano-rurais. Rio de Janeiro: Consequência, 2013, p. 17-34.

LEROY, S. Sémantiques de la métropolisation. **L'Espace géographique**, v. 29, n° 1, p. 78-86, 2000.

MONTEJANO ESCAMILLA, J. A. Nuevos procesos de metropolización del territorio. **Espacialidades**. Revista de temas contemporáneos sobre lugares, política y cultura, vol. 3, núm. 2, julio-diciembre, 2013, pp. 36-66.

PARIS, D. Gouvernance des territoires, métropolisation et développement régional. In DOLEZ, B. et PARIS, D. **Métropoles en construction**. Territoires, politiques et processus. Paris: L'Harmattan, 2004, p. 21-38.

PRADILLA-COBOS, E. e MÁRQUEZ LÓPEZ, L. Presente y futuro de las metrópolis de América Latina [1998]. **Cadernos Metròpole**, n° 18, p. 173-206, 2007.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SASSEN, S. Ciudades en la economía global: enfoques teóricos y metodológicos. **Eure** (Santiago), v. XXIV, nº71, p. 5-25, marzo 1998.

SCOTT, A. J., STORPER, M., AGNEW, J. e SOJA, E. Cidades-regiões globais. **Espaço & Debates**. Revista de estudos urbanos e regionais (São Paulo), Ano XVIII, nº 41, p. 11-25, 2001.

SERRANO RODRÍGUEZ, A. El modelo territorial europeo: tendencias para el siglo XXI y sus implicaciones para el modelo territorial español. **Urban** (Madrid), nº 8, págs. 35-54, 2003.

SOARES, P. R. R. e SCHNEIDER, L. P. Notas sobre a desconcentração metropolitana no Rio Grande do Sul. *Boletim Gaúcho de Geografia*, v. 39, p. 113-128, 2012.

SOARES, P. R. R. e FLORES, A. M. 2016. As novas centralidades comerciais e de serviços na Região Metropolitana de Porto Alegre/RS, Brasil. In Heidrich, A. L. et all (orgs.) **Estruturas e Dinâmicas Socioespaciais Urbanas no Rio Grande no Sul**: transformações em tempos de globalização (1991-2010). Porto Alegre: Letra 1, 2016, p. 97-120.

SOJA, E. Algunas consideraciones sobre el concepto de ciudades región globales. **Ekonomiaz** – Revista Vasca de Economía, nº 58, p. 44-75, 2005.

VELTZ, P. **Mundialización, ciudades y territorios**. La economía de archipiélago. Barcelona: Ariel, 1996.